

Soja

Moratória na Amazônia

AS PROPRIEDADES produtoras de soja na Amazônia em situação irregular com o Código Florestal têm prazo de dois anos para se adequar. O mercado europeu ameaça embargar as compras e exige esse acerto. As grandes companhias exportadoras como a ADM, a Bunge, a Cargill, e a Maggi assinaram o compromisso de não comprar soja proveniente de plantações onde haja trabalho escravo, uso de grãos transgênicos, desmatamento ilegal, invasão de terras (indígenas, públicas e de áreas comunitárias).

A Associação Brasileira da Indústria de Óleos Vegetais (Abiove) e a Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec), representantes do setor, informaram estar comprometidas com esses objetivos. É uma moratória ambiental de aplicação inédita ainda no Brasil.

Para a Associação dos Produtores de Soja do Estado de Mato Grosso (Aprosoja), as organizações não-governamentais defendem muito mais os problemas econômicos que os ambientais, quando reclamam o cumprimento do Código. A importância está em ter consciência de produzir de maneira sócio e ambiental correta, com respeito à legislação brasileira.

O Código exige do produtor das áreas ribeirinhas cuidado com as margens na propriedade para evitar a erosão. Em cada propriedade deve ser mantida uma área de vegetação nativa. Na área de Floresta Amazônica, esse percentual é de 80%. Na de cerrado, onde se pode plantar soja na região, o índice cai para 20%. E nas áreas de transição, é de 35%. No caso de reserva permanente é necessária

autorização do governo para desmatar ou queimar.

As consequências reais da medida talvez não alcancem grande amplitude, tendo em vista que:

- A área ocupada pela sojicultura na Amazônia é pequena. A agricultura na região representa apenas 1,2% da Amazônia Legal em 2004, basicamente em áreas de cerrado ou áreas de transição entre o Cerrado e a Floresta Amazônica.
- Mato Grosso concentra 88% (5,3 milhões de ha) da área com soja na Amazônia Legal. Cerca de 41% do Estado são de áreas de não-floresta.
- Há um equívoco sobre o que é Amazonas Legal e bioma amazônico.
- A maior parte da produção brasileira origina-se nas regiões Sul e Centro-Oeste. A idéia parece ser mais de proteger as florestas de transição que delimitam o bioma amazônico.

Veja a íntegra do Comunicado

A Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), a Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec) e suas respectivas associadas, estão comprometidas em implantar um programa de governança, que objetiva não comercializar a soja da safra que será plantada a partir de outubro de 2006, oriunda de áreas que forem desflorestadas dentro do bioma amazônico, após a data do presente comunicado.

Essa iniciativa terá a duração de 2 anos e busca conciliar a preservação do meio ambiente com o desenvolvimento econômico, através da utilização responsável e sustentável dos recursos naturais brasileiros. O setor se compromete durante este período a trabalhar em conjunto com os órgãos governamentais brasileiros, entidades que representam os produtores rurais e sociedade civil para:

- a) Elaborar e implementar um plano que inclui o sistema efetivo de mapeamento e monitoramento do Bioma Amazônico ou com base em um mapeamento oficial recebido do Governo Federal da referida área;
- b) Desenvolver estratégias para encorajar e sensibilizar os sojicultores a atenderem o disposto no Código Florestal Brasileiro;
- c) Trabalhar em conjunto com outros setores interessados para desenvolver novas regras de como operar no Bioma Amazônico, colaborando e cobrando do Governo Brasileiro a definição, aplicação e cumprimento de políticas públicas (zoneamento econômico-ecológico) sobre o uso da terra nesta região.

O setor reitera o repúdio ao uso de trabalho escravo, sendo que as empresas incorporaram aos seus contratos de compra de soja cláusula de rompimento dos mesmos, caso haja constatação de trabalho análogo ao escravo.

São Paulo, 24 de Julho de 2006.

A Amazônia Legal – “Um Continente”

Criado pela lei N° 1806, de 06 de Janeiro de 1953, para fins de incentivos fiscais da Superintendência do desenvolvimento do Amazonas (SUDAM)



- O compromisso voluntário vale apenas por dois anos. Nesse prazo, uma área desmatada não estaria tecnicamente adequada para o plantio de oleaginosas. É bem provável uma extensão temporal desse compromisso.

Em todo o caso, o comunicado da Abiove e da Anec significa na prática o marco inicial de uma tendência de mercado para o futuro: a exigência dos consumidores de países desenvolvidos de padrões ambientais e trabalhistas mínimos na produção de commodities.

Se o agronegócio brasileiro, em particular na cadeia produtiva da soja, mostra produtividade e potencial para participar de forma acirrada no mercado internacional, enfrenta também a concorrência perversa dos subsídios nos países desenvolvidos. Esses recursos causam enormes distorções, pois aumentam a produção e diminuem os preços. Mesmo assim os municípios brasileiros com grandes extensões na sojicultura mostram os melhores índices de desenvolvimento social do país. ■

Amazônia Legal

Território	9 estados
População	22 milhões de habitantes
Área *	5,1 milhões de km2
Floresta	70%
Cerrado	30%
Total	60% do país

Fonte: SUDAM